

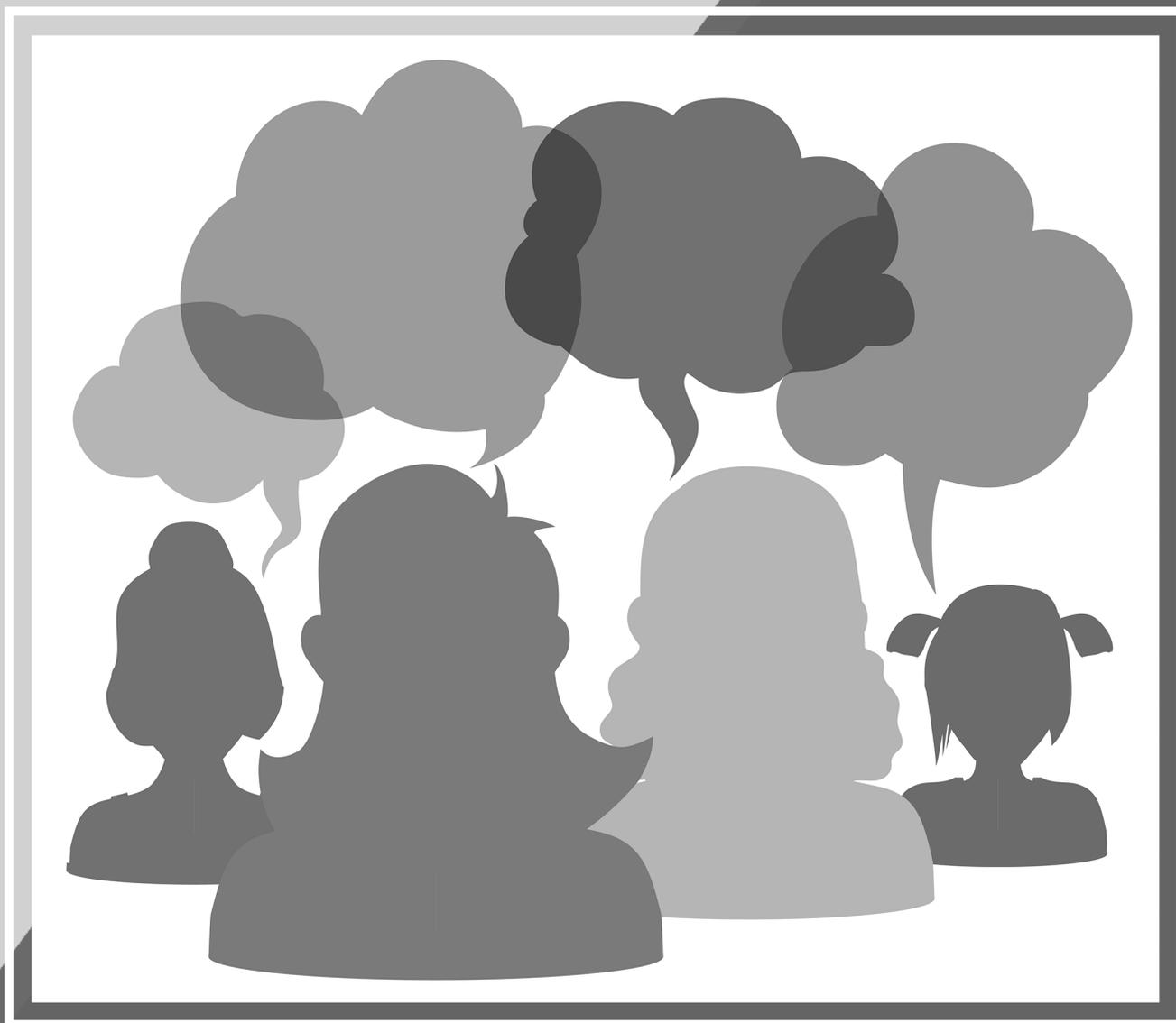
História: Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscaro
(Organizadores)

História:

Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 3 / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-02-3

DOI 10.22533/at.ed.023201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.
I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza a discussão científica ao entorno da história do Brasil por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. Fruto de pesquisas recentes, seu principal objetivo consiste em divulgar novas perspectivas acerca de diferentes momentos históricos que marcaram a formação e o desenvolvimento da história do nosso país.

O período cronológico coberto no livro abrange praticamente toda a história do Brasil, desde o período colonial até finais do século XX. Os autores aqui reunidos apresentam trajetórias acadêmicas e perspectivas analíticas distintas, configurando, como o próprio título da obra sugere, um espaço fecundo para diálogos. Seus textos, entretanto, têm em comum a característica de serem resultados de pesquisas históricas originais, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos em seus mais variados aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os fatos históricos explorados, a despeito das diferenças temporais que os cercam, dialogam e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes contextos, cujos construtores dos períodos abordados foram também dispare: grupos indígenas, comerciantes, mulheres, políticos, militares, etc.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas que dissertam sobre o período colonial e imperial brasileiros. Na segunda parte, trabalhos que abordam da Primeira República a acontecimentos iniciais que marcaram o século XX. Na terceira e última parte do livro reunimos diferentes análises históricas referentes aos noventa, trabalhos que aludem desde o período ditatorial aos novos métodos da História Oral.

Em síntese, a obra apresenta o estudo da sociedade brasileira através de múltiplas perspectivas, o que nos leva a constatar que a História se faz, cada vez mais, através de um exercício democrático e de cidadania, constituindo-se como palco profícuo para novos debates e aprendizado. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaro
Antonio Gasparetto Júnior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA PAULISTA NA DEFINIÇÃO DO SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO. (SÉCULO XVII)	
Antonio Martins Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.0232011021	
CAPÍTULO 2	14
PIRATAS E CORSÁRIOS NO BRASIL: O CASO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1630	
Valéria Silva Melo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0232011022	
CAPÍTULO 3	31
CACAU, CRAVO E AS “DROGAS DO SERTÃO”: O GOVERNADOR FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO	
Frederik Luiz Andrade de Matos Osimar da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0232011023	
CAPÍTULO 4	46
ESCRITAS DE SI: A ARTE DA EXISTÊNCIA GRAFADA EM AUTOBIOGRAFIAS, DIÁRIOS PESSOAIS E RELATOS DE VIAGENS FEMININOS	
Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori	
DOI 10.22533/at.ed.0232011024	
CAPÍTULO 5	60
CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA: PERCALÇOS E TENSÕES NA INSTALAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1828-1830)	
Nora de Cassia Gomes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0232011025	
CAPÍTULO 6	71
“SUCCINTAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DESTA PARTE DO VASTO IMPÉRIO DO BRASIL”: A PROVÍNCIA DO AMAZONAS SEGUNDO TENREIRO ARANHA, 1852	
Paulo de Oliveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0232011026	
CAPÍTULO 7	84
A GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ: A BATALHA PELAS VONTADES ENTRE POLÍTICOS E JORNAIS	
Elton Larry Valerio	
DOI 10.22533/at.ed.0232011027	

CAPÍTULO 8	99
A SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE E OS OFÍCIOS DE CONSELHEIRA PROVINCIAL E PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA NO SÉCULO XIX	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0232011028	
CAPÍTULO 9	114
ENGENHARIA E POLÍTICA: OS DEBATES FERROVIÁRIOS NO CLUBE DE ENGENHARIA E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (1880 - 1900)	
Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0232011029	
CAPÍTULO 10	127
A MÚSICA NOS NAVIOS E QUARTÉIS DA ARMADA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1850 E 1900	
Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110210	
CAPÍTULO 11	138
JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX: ENTRE FATOS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE	
José Alberto Nascimento de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.02320110211	
CAPÍTULO 12	148
“PEQUENOS EXÉRCITOS ESTADUAIS” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DA FORÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO NA HISTORIOGRAFIA	
Sandoval José dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110212	
CAPÍTULO 13	161
CUIDANDO DO “FUTURO DO BRASIL”: O ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ (1889-1929)	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110213	
CAPÍTULO 14	174
O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA NO GOVERNO DE ARTHUR BERNARDES (1922-1926)	
Antonio Gasparetto Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.02320110214	
CAPÍTULO 15	185
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ FRAGELLI (1947-1987)	
Vinicius de Carvalho Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02320110215	

CAPÍTULO 16	195
OS CRONISTAS E SUA MUSA: RESSIGNIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA MUDANÇA DA CAPITAL	
Larissa Leal Neves	
DOI 10.22533/at.ed.02320110216	
CAPÍTULO 17	210
A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)	
Márcio Goulart Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110217	
CAPÍTULO 18	224
A MAÇONARIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR ENTRE O NACIONAL E O LOCAL: MEMÓRIAS MAÇÔNICAS EM TEMPOS DE CHUMBO	
Helton Anderson Xavier de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.02320110218	
CAPÍTULO 19	238
REGADIO NOS TEMPOS DE DITADURA: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL (1964-1971)	
Mário Martins Viana Júnior Alfredo Ricardo da Silva Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.02320110219	
CAPÍTULO 20	252
ON DIRAIT JEQUIÉ: ESTRATÉGIAS NACIONAIS E REGIONAIS EM PAULO EMÍLIO SALLES GOMES	
Victor Santos Vigneron de La Jousselandière	
DOI 10.22533/at.ed.02320110220	
CAPÍTULO 21	267
MULHERES E DITADURA: A TRAJETÓRIA DE ISABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, FEMINISMO E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ	
Rosinda da Silva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.02320110221	
CAPÍTULO 22	281
XIFÓPAGAS - CORPO DE MULHER, CABEÇAS DE DITADURAS: GÊNERO E EROTISMO NOS CINEMAS BRASILEIRO E ARGENTINO (ANOS 70)	
Katharine Nataly Trajano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110222	
CAPÍTULO 23	295
MOVIMENTO “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE	
Sebastião Alves da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.02320110223	

CAPÍTULO 24	308
A MEMÓRIA SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ E SUAS ÁGUAS MEDICINAIS	
<i>Mariana Arruda Muniz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.02320110224	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	325
ÍNDICE REMISSIVO	326

REGADIO NOS TEMPOS DE DITADURA: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL (1964-1971)

Data de aceite: 28/01/2020

Mário Martins Viana Júnior

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza-CE

<http://lattes.cnpq.br/0484147709183592>

Alfredo Ricardo da Silva Lopes

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Corumbá-MS

<http://lattes.cnpq.br/7153913778520994>

RESUMO: Este capítulo busca incitar e sensibilizar os pesquisadores a tratarem do tema da Questão Agrária no Brasil, conferindo centralidade à irrigação nacional no período ditatorial. Para tanto, realizamos um debate bibliográfico sobre o assunto e sinalizamos possibilidades de pesquisas e fontes históricas que carecem de maior atenção por parte dos historiadores/as. Neste exercício, o aprofundamento da análise das relações entre capital nacional, internacional e Estado para o desenvolvimento do regadio no Brasil surge como uma densa possibilidade de pesquisa histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Irrigação; Ditadura; Empresários; Brasil;

IRRIGATION IN TIMES OF DICTATORSHIP:
RELATIONS BETWEEN THE STATE,
NATIONAL AND INTERNATIONAL CAPITAL
(1964-1971)

ABSTRACT: This chapter seeks to encourage and sensitize researchers to address to the topic of Agrarian Issues in Brazil, endowing centrality to national irrigation in the dictatorial period. To this end, we carried out a bibliographical debate on the subject and signaled to research possibilities and to historical sources that require more attention from historians. In this exercise, the deepening of analysis of the relations between the State, national and international capital for the development of irrigation in Brazil emerges as a dense possibility for historical research.

KEYWORDS: Irrigation; Dictatorship; Businessmen; Brazil;

1 | IRRIGAR A HISTORIOGRAFIA?

Tomando a narrativa oficial do Estado, em panorâmica e no que diz respeito às políticas de irrigação, podemos observar uma divisão cronológica da irrigação do Brasil em quatro grandes momentos¹. Ainda que exista diferenças de abordagem sobre tais balizas

1 Segundo BRASIL (2008) houve quatro grandes fases quanto a políticas de irrigação no país. Primeira fase: último quartel do século XIX até os anos de 1960; segunda fase: fim dos anos 1960 até meados da década de 1980; terceira: 1985 até 1995; quarta

temporais, principalmente no que toca às formas e aos ritmos de intervenções do Estado (CARVALHO, 1988; BURZTYN, 2008; OLIVEIRA, 2008), há consenso de que a década de 1960 inaugurou uma abordagem sistemática, planejada e articulada entre os diferentes poderes (federal, estadual e municipal) e esferas (público e privado) para projeção e execução de uma política de irrigação em nível nacional que articulasse diferentes regiões do país. Vale destacar que, o sentido atribuído às mudanças na irrigação é aquele que defende uma crescente transformação tecnológica, comprometida com a produção em massa e voltada para o mercado. A isto conferiu-se o nome de modernização agrícola com todas as suas contradições inerentes e históricas.

No período assinalado, diretamente relacionada à expansão dos centros urbanos, a questão do abastecimento hídrico e alimentar (LINHARES; SILVA, 1979) ganhou notoriedade catapultando a temática da irrigação como importante objeto de estudo por toda a segunda metade do século XX e início do XXI (FURTADO, 2009; IORIS, 2010). Para além das abordagens de ordem técnica dos estudos de engenharia, o melhor aproveitamento da água e o mapeamento e uso das áreas irrigáveis cultiváveis e não cultiváveis do país foram algumas das preocupações políticas, econômicas e sociais centrais dos militares brasileiros, já em 1964.

Esta centralidade pode ser observada quando tomamos como objeto de análise a Lei 4.593, de 29 de dezembro de 1964. Neste documento, combinava-se o debate e as regras sobre a desapropriação da terra com o avanço da irrigação, assinalando-se os estados-alvo² para as intervenções e planos de irrigação integrados, acrescidos de marcos regulatórios³. A busca pela integração dos projetos intervencionistas constituiu algo inédito no país.

No início da década de 1970 o Brasil foi dividido em quatro regiões-chave de acordo com os seus potenciais hídricos, englobando uma área total de aproximadamente 31 milhões km² (Ver IMAGEM 1).⁴ Esta ‘fragmentação integrada’ visava o chamado “desenvolvimento hidro-agrícola” em sua relação direta com uma expectativa mais ampla de criação de empregos no campo e com a busca de uma

fase: 1995 em diante.

2 Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

3 Dentre os marcos regulatórios e programas importantes para a alavancagem da irrigação brasileira, podemos apontar estes: 1968 - Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) no Ministério do Interior; 1969 - Programa Nacional de Irrigação; 1971 – Programa Plurianual de Irrigação (PPI); 1979 – Lei 6.662 (Lei de Irrigação); 1981 - Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS); 1982 - Instituído o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR); Decreto N° 89.496, de 29 de março de 1984 (Regulamentação da Lei de Irrigação); Decretos N° 90.309, de 16/10/84, N° 93.484, de 29/10/84, N° 90.991, de 26/02/85 (referem-se a Lei de Irrigação); 1986 - Criado o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE); 1988 Constituição da República Federativa do Brasil.

4 Região A (868.700 km²): englobava todas as bacias hidrográficas do Nordeste, exceto a bacia do São Francisco, alvo da Região B (607.300 km²); Região C (891.000 km²): ao sul das Regiões A e B, incluía a alta bacia do Rio Paraná; Região D (718.000 km²): toda a parte Sul do país.

alteração “qualitativa” do quadro socioeconômico do país (BRASIL, 1971:14-5).

Desde o início da Ditadura Civil-Militar brasileira, portanto, o regadio assumiu papel fulcral “na estratégia modernizante [para] o campo da agricultura” ganhando ainda mais atenção e ascensão no decorrer dos anos 1970 e 80 (BRASIL, 1971: 62-63). Apesar das diferenças e vicissitudes entre os diversos planos e programas anunciados pelo Governo nesses anos⁵, havia um elemento comum entre eles: “a busca de modernização do setor rural” (GONÇALVES NETO, 1997: 140). A irrigação foi pensada minuciosamente e projetada como plataforma basilar para o aumento da produção agrícola, afinal “os insumos da Revolução Verde, sobretudo fertilizantes químicos, requeriam uma hidrologia altamente favorável [...]” (PEREIRA, 2010: 191).

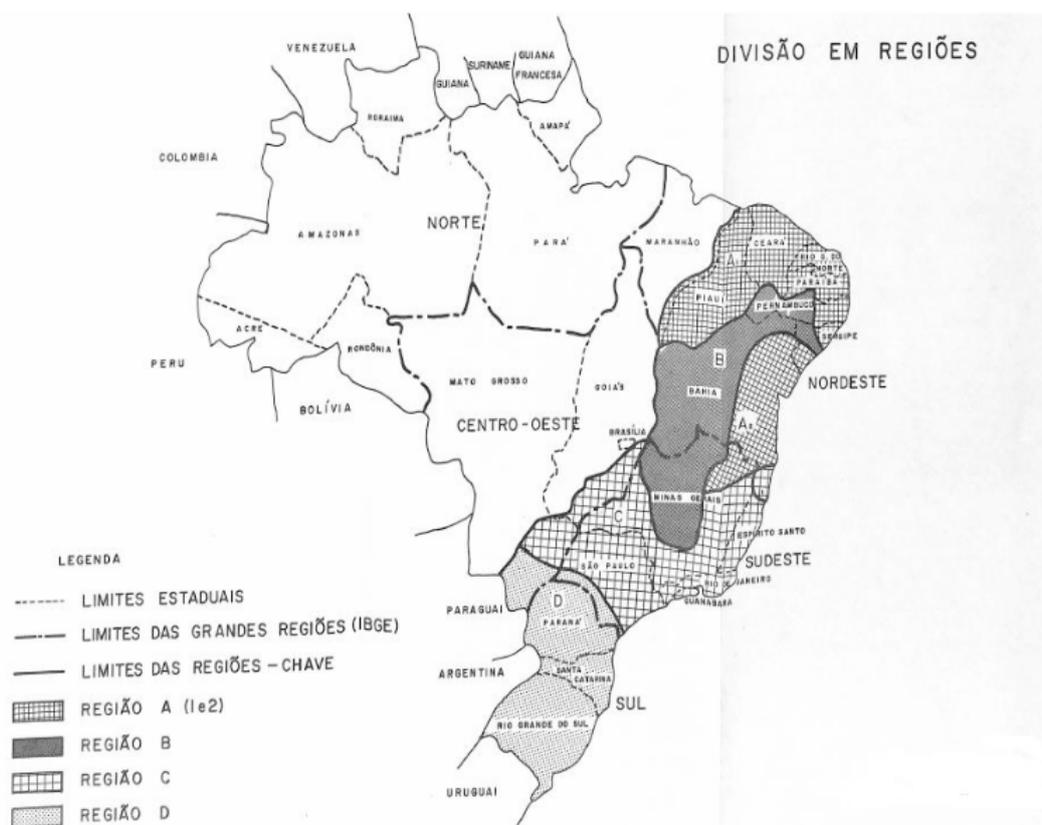


IMAGEM 1

Fonte: BRASIL (1971: 5)

Apesar dessa projeção envolvendo diferentes sujeitos, grupos, temporalidades, espacialidades, esferas de poder⁶, no âmbito historiográfico a temática da irrigação no país pouco foi abordada. Quando muito, analisada ou assinalada como subitem de investigações mais amplas, a exemplo dos estudos sobre “modernização da agricultura” (GONÇALVES NETO, 1997; SZMRECSÁNYI, 1994; RAMOS, 2002;

5 Referimo-nos ao Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), Programa de Integração Nacional (PIN), Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973), I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) e III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985).

6 Segundo João Márcio Pereira (2010:191) “de longe, irrigação, drenagem e administração de água foi o principal subsetor dentro da agropecuária financiado pelo Banco [Mundial] nos anos 1950 e 1960, e continuou assim nos anos 1970, principalmente na Ásia, no Oriente Médio e na América Latina”.

DELGADO, 2002; SANTOS, 2002; MENDONÇA, 2009), “crédito e extensão rural”⁷ (MENDONÇA, 1997; 2010; OLIVEIRA, 2013), “desenvolvimento rural” e expansão da “Revolução Verde” (MENDONÇA, 2010; PEREIRA, 2010; PRESA, 2018), entre outros.

Os percursos e as diretrizes das políticas sobre irrigação no Brasil tornaram-se objeto de estudo em outras áreas, como na Geografia (ANDRADE, 1983; LEME, 1999; PALHETA et al, 1991; IORIS, 2010; COELHO NETO, 2010), com destaque para a Geografia Agrária e para os exercícios de investigação geo-históricos (FERNANDES, 2013). Entre os/as economistas a avaliação em retrospecto sobre a irrigação no país costumeiramente pôs em análise as políticas nacionais de recursos hídricos para pensar o uso racional da água (LIMA, 1999) e debater sobre a importância da irrigação como forma de desenvolvimento regional, principalmente no Nordeste (KAGEYAMA et al, 1989; ABLAS, 1988; BISERRA et al., 1995).

Mais recentemente, em virtude da agenda ambiental e da degradação ambiental produzida pela agricultura monocultora e latifundiária, percebeu-se mesmo a necessidade de uma reflexão mais ampla e uma transformação do termo “modernização agrícola”, visto que atualmente são consideradas modernas as práticas que respeitam os limites produtivos do solo e causam menos impactos ambientais (PRESA, 2018).

Esses trabalhos são de significativa importância para o entendimento das formas de apropriação e transformação da água em recurso hídrico, principalmente quando concatenados com a análise da expansão e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Grosso modo, contudo, as narrativas projetam uma forma de conhecimento, hegemônico, sobre a irrigação no país caracterizada por abordagens que primam pelo etapismo e pela cronologia, a exemplo da abordagem histórica através de fases e grandes sínteses⁸ e semelhante às explicações tautológicas oficiais (BRASIL, 2008). Algumas análises buscam inclusive explicar as origens dos paradoxos da questão agrária atual, como a dinâmica do agronegócio, remetendo ao período colonial⁹.

O problema de uma ausência ou de uma abordagem secundária do tema da irrigação no âmbito historiográfico brasileiro fica ainda mais evidente quando lançamos

7 De acordo com Sonia Regina de Mendonça (2013:2) há na historiografia relativa a “era Vargas” três vícios contumazes. Aqui, merece destaque o vício indicado em relação ao lugar da agricultura na análise dos historiadores/as. Os estudos sobre políticas públicas agrícolas/agrárias tenderiam a se concentrar no pós-1960, isto é, em períodos recentes, “[...] obstaculizando uma visão de conjunto [...]”.

8 Como exemplo, podemos assinalar o trabalho de Ioris (2010) que propõe uma análise histórica da apropriação econômica dos recursos hídricos a partir de duas grandes fases: fase desenvolvimentista (a água como mecanismo indireto de acumulação - com forte inserção da irrigação comercial) e a fase neoliberal (a água como mecanismo direto e indireto de acumulação).

9 Nos trabalhos consultados (MORAES, 2000) o diálogo com a historiografia quase sempre vem alicerçado nos estudos de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais para reafirmar a existência de um capitalismo mercantil e de acumulação primitiva de capitais da Europa a partir da exploração das colônias. Desconsidera-se, portanto, as críticas realizadas ao longo das últimas décadas ao paradigma do “sentido da colonização” e as análises correlatas (CARDOSO, 1979 e 2004; FRAGOSO, 2001).

olhares para outros países. Em Portugal, por exemplo, Dulce Freire (2011;2013) demonstrou nos últimos anos, ao contrário do que afirmava a historiografia consolidada sobre a temática naquele país, como houve múltiplos sinais de uma modernização agrícola operados pela elite técnica do país em pleno regime ditatorial português. E vários outros estudiosos/as também se debruçaram sobre documentos (plano, programas, diplomas, projetos, etc.) que tratam da ampliação da irrigação na Comunidade Europeia.¹⁰

Diante desse quadro de análises e estudos e frente às inúmeras fontes encontradas em atividades de investigação integrada¹¹, principalmente nos acervos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a presente reflexão busca contribuir para a sensibilização sobre a importância do estudo do tema no país, a partir da análise dos meandros da irrigação no Brasil no âmbito da construção do conhecimento histórico.

Nesse movimento analítico interessa provocar, dentre outros, quais eram as concepções, configurações e conteúdo das políticas de irrigação? Como se deram as relações entre empresários e agentes do Estado na elaboração dessas políticas e na construção de uma infraestrutura de irrigação nacional, articulada e planejada? Dado o espaço limitado deste capítulo, este texto objetiva mais levantar questões e sinalizar caminhos viáveis da pesquisa no âmbito da irrigação brasileira do que responder questões objetivas.

2 | OS INTERESSES EMPRESARIAIS NA CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Partimos de dois elementos basilares e complementares. É mister compreender o Estado de forma ampliada observando e analisando as relações entre a sociedade política mais restrita e a sociedade civil, compreendida nas ações e relações de seus indivíduos, grupos, formas associativas¹². Concomitantemente, temos acordo que “o regime político instituído em 1964 não deve ser entendido [exclusivamente] como uma ditadura militar ou regime militar [pois] tivemos no Brasil uma ditadura civil-militar [...]” (CAMPOS, 2014:416). Daí as possibilidades de pesquisas para qualificar

10 Barros (2003), Caldas (1960), Carvalho (1971), Espada (1999), Freire e Lãnero (2013), Pereira e Estácio (1968).

11 Referimo-nos à colaboração estabelecida entre o “Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais” (COMTER-UFC) e “História, Meio Ambiente e Cultura” (UFMS).

12 Trabalhos como o de Bursztyn (2008) e Mendonça (1997; 2009) assinalam importantes resultados de pesquisa a partir dessa escolha teórico-metodológica. No plano historiográfico, a investigação sobre as relações entre empresários e agentes do Estado assume diferentes possibilidades. Recentemente, Guimarães e Joanoni Neto (2018) realizaram um conjunto de pesquisas sobre as relações entre grupos empresariais e agentes do Estado ditatorial, com foco nos governos da Amazônia brasileira, partindo de outras matrizes teóricas (FOUCAULT, 2008).

quais e de que maneiras setores específicos da sociedade civil participaram do(s) pacto(s) políticos(s) que ajudaram a construir e manter o regime¹³ (LEMOS, 2010). Em específico a problemática de análise se apresenta para pensarmos a irrigação brasileira através das relações entre militares e empresários na sua concepção, projeção e execução.

Como exposto acima, desde o início do período ditatorial havia uma preocupação com a gestão e a racionalização do uso da terra e dos recursos hídricos no país¹⁴. Logo após a criação do Estatuto da Terra¹⁵, a **Lei 4.593** de 29 de dezembro de 1964, também conhecida por Lei da Desapropriação, expunha isto ao regulamentar as formas de desapropriação vinculando-as exclusivamente a projetos e programas de irrigação. Buscava-se dar o tom sobre a questão agrária no país através do bloqueio de quaisquer outros planos de reforma agrária¹⁶. A germinação da temática da irrigação foi pensada e vinculada às questões de Desenvolvimento e de Segurança Nacional (LIMA FILHO, 2011; MORAIS, 2012; SANTIAGO, 2012).

Diante da ausência de uma legislação nacional de irrigação (apesar do Código de Águas em 1934) e sob o pretexto de combater as secas no Nordeste, foi projetado através da Lei 4.593, nos seus artigos 1º a 6º, um cenário de aproveitamento hídrico para as décadas seguintes. Com base em planos de irrigação específicos para o uso intensivo de terras irrigáveis, a legislação pioneira era abalizada por conteúdo genérico como a desapropriação seguida por interesses econômico-sociais regionais e de utilidade ou necessidade públicas e interesse social, conforme podemos ver abaixo:

Art. 3º **A terras irrigadas em virtude de obras públicas somente serão utilizadas pela forma e para os fins permitidos nos planos de irrigação**, que especificarão os casos de suspensão ou cancelamento do uso da água.

Art. 4º Para possibilitar a execução dos planos de irrigação, poderão ser efetuadas **desapropriações por utilidade ou necessidade públicas, assim como por interesse social (grifo nosso)**¹⁷.

Este embrião das políticas de irrigação nacional foi tomando forma e feição mais bem definida à medida que os anos avançaram. Do lado do Estado, **a criação**

13 Merece atenção os trabalhos oriundos das investigações da Comissão Nacional da Verdade (MONTE-LEONE et al, 2016). A relação entre os empreiteiros e os ditadores também foi objeto de outros estudiosos (CAMPOS, 2014), bem como o envolvimento de grupos no âmbito da educação de nível superior (CAMPOS; BRANDÃO, 2017).

14 A racionalização defendida pelo Estado era uma específica: o uso dos recursos naturais para impulsionar o consumo de produtos e insumos agrícolas na produção agrícola monocultora voltada ao mercado.

15 BRASIL. Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm. Acesso em: 25/06/2018.

16 Segundo Vieira (2015:47), esta Lei surgiu para delinear os futuros projetos de irrigação, sendo considerada “o embrião da Lei de Irrigação editada em 1979”.

17 BRASIL. Lei no 4.593, de 29 de dezembro de 1964. Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste, Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4593-29-dezembro-1964-377661-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 15/04/2018.

do Ministério do Interior em 1967¹⁸, possuindo o General Afonso Albuquerque Lima como primeiro ministro da pasta, funcionou como um ponto sobre o qual atuaram diferentes forças centrípetas e centrífugas. Dentre as atribuições desse Ministério estavam as políticas públicas sobre o desenvolvimento regional, a ocupação do território nacional, a gerência e o beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e, principalmente, **a irrigação**. Daí a importância de se mapear e investigar as relações dos agentes pertencentes a ele.

Encontramos um número razoável de indícios que apontam possibilidades de atuação do Estado, via Ministério do Interior, no que diz respeito às formas de tratar da irrigação brasileira. Identificamos pelo menos dois movimentos amplos e coordenados: por um lado houve uma organicidade que buscou integrar diferentes órgãos federais (ministérios, superintendências, departamentos, secretarias, institutos, bancos oficiais de crédito, grupos, etc.); por outro lado, um pareamento explícito do domínio público com a iniciativa privada, sobretudo os setores de engenharia que foram convidados, convocados e/ou recompensados, a participar da construção das políticas públicas de irrigação do país.

É possível ainda refletirmos e problematizarmos sobre um terceiro movimento em terras brasileiras (FREIRE, 2011; 2013; BAPTISTA, 1993): o da formação e atuação de um quadro técnico especializado, sobretudo agrônomos e outros engenheiros¹⁹, cuja relação com a esfera das políticas públicas sobre irrigação possa ser retomada e ampliada em diálogo com a da extensão rural, em hipótese (MENDONÇA, 2009;2010).²⁰ Tais indícios podem ajudar a entender melhor a complexidade das relações estabelecidas que misturaram público e privado no delineamento das atividades.

De fato, o Governo tomou para si a responsabilidade de catalisar e promover o debate sobre a irrigação da agricultura no país. Os documentos encontrados sugerem que os agentes do Estado brasileiro (políticos, engenheiros, técnicos, etc.) lançaram mão do reforço de antigos e da criação de novos laços de proximidade com o empresariado nacional e internacional, sobretudo ibérico e israelense. Apontam para isso os encontros em formato de reuniões, conferências e seminários, tal como o Ciclo de Conferências, ocorrido de 11 a 14 de novembro de 1968, cuja temática

18 Criado em 25 de fevereiro de 1967, no governo do presidente Castelo Branco, pelo Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967.

19 Orientando destes professores, o trabalho de pesquisa de Gonçalo Soares Mourão Neto, intitulado “Nas tramas da academia: o Centro de Ciências Agrárias da UFC em meio ao processo de “modernização” da agricultura no Ceará. (1963-1980)”, busca aprofundar este terceiro eixo de investigação.

20 Baptista (1993) e Oliveira (2013) analisam que, a despeito das contundentes críticas para a promoção da modernização da agricultura feita pela elite técnica do país ao Estado, “[...] a agricultura portuguesa apresenta [...] múltiplos signos de modernización” nos anos de 1950 e 60 (FREIRE, 2011:125). Na perspectiva de “iluminação mútua” de objetos de pesquisa, importa observarmos que tal elite técnica foi influenciada pelas teorias da dependência fundadas nas economias dos países da América Latina, o que abre possibilidade de análise não apenas comparativa, mas relacional das propostas e discursos de tais engenheiros nos dois países.

era: “Racionalização do trinômio Homem-Terra-Água”²¹. A programação do evento auxilia a entender as possibilidades de simbiose entre sociedade política e sociedade civil. Dividido em quatro partes, o programa parecia mesmo ajustado ao formato de organização da Administração Federal daquele contexto²².

No centro do evento estava o Ministério do Interior representado pelo Ministro e pelo Secretário Geral²³, assinalando aquilo que deveria ser o estrato de direção, formulação, orientação e coordenação das políticas da área em nível nacional. **Em outra seção**, as conferências dos superintendentes das regionais do Brasil (SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUDESUL²⁴) responsáveis pela supervisão e coordenação das atividades em nível regional. **Em terceiro**, os chefes das autarquias encarregados da execução, operação e manutenção dos projetos de irrigação (SUVALE, DNOCS E DNOS²⁵). **E por fim**, a iniciativa privada que deveria cuidar da execução dos projetos de irrigação no país, cujas exposições ficaram a cargo dos seguintes consórcios: GEOTÉCNICA-TECNOIBÉRICA, SONDOTÉCNICA-TAHAL, ENGEVIX-TECNOIBÉRICA, Engenharia de Recursos Naturais – COBA²⁶.

Apesar do reforço da hierarquia federal exposta na programação do evento, a informação chapada nas páginas do Correio da Manhã, ao mesmo tempo em que apontava para uma participação efetiva do Governo, sugere-nos uma inserção e uma forma peculiar de organização e participação do empresariado nacional e das empresas estrangeiras nos rumos da irrigação do país. Isto estava explícito na propaganda do promotor do evento, também o principal interessado no assunto: o Clube de Engenharia²⁷, uma organização de classe que se fez sentir e transbordar

21 Correio da Manhã, 10/11/1968, p. 2.

22 BRASIL. DECRETO-LEI Nº 200, de 25 de fevereiro DE 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 20/06/2018.

23 O Ministro do Interior era o General Afonso Augusto Albuquerque Lima e o Secretário Geral era o Coronel Dalmo Leme Pragana.

24 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Superintendência de Desenvolvimento do Sul.

25 Superintendência do Vale do São Francisco, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

26 Essa organicidade institucional estava bem delineada no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e encontrava amparo no funcionamento de programas e projetos posteriores, tal como o Programa Plurianual de Irrigação (PPI). Encontramos indícios de que houve ampliação de participação de algumas dessas empresas no Brasil nos anos seguintes ao evento, à exemplo da TECNOIBÉRICA, conforme noticiado na imprensa nacional: “Consultoria espanhola – As empresas privadas de consultoria da Espanha, reunidas numa entidade oficiosa, a TECNOIBERIA, vêm obtendo uma séria de contratos na América Latina, inclusive no Brasil. Os contratos das empresas espanholas sobem no país a cerca de 10 milhões de dólares atualmente e se referem principalmente a projetos de irrigação, turismo e pesca, tanto no Nordeste como no Rio Grande do Sul. Tal atuação recebe amplo apoio do Governo Espanhol, inclusive através de suas Embaixadas. Jornal do Brasil, 16/09/1970, p. 24.

27 A origem do Clube de Engenharia remonta ao século XIX, quando em 1880 Conrad Jacob Niemeyer fundou a instituição para agregar engenheiros e técnicos. Em sua trajetória afirma-se como polo de informação possuindo como missão a luta pela democracia e pelo desenvolvimento do país, ainda que em seu detalhado histórico de ações não conste qualquer menção ou registro às ações do Clube no interstício de 1964 a 1985. Informações obtidas no portal do Clube. Disponível em: <http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/o-clube-de-engenharia-e-sua-historia/3>. Acesso em 05/04/2018.

para outros setores e instituições da sociedade brasileira mediante a propagação de sua ideologia e concepções de mundo (CAMPOS, 2012).

Interessa observarmos também que o Ciclo de Conferências ocorreu na sede de tal Clube, exatamente um mês antes da promulgação do Decreto 63.775 (11/12/1968) que criou o **Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA)**. Vinculado a diferentes ministérios, como o do Interior e da Agricultura, este órgão tinha como principal finalidade “planejar, orientar e supervisionar a atuação integrada dos sistemas dos órgãos federais nos setores de engenharia, agricultura e crédito [...]”²⁸. Na prática, o GEIDA funcionou como plataforma da primeira política nacional de irrigação para o desenvolvimento agrícola no Brasil, agrupando estudiosos e interessados no assunto (empresários, por exemplo) e produzindo amplo conhecimento sobre o tema.

O principal feito do GEIDA, tanto no sentido de acúmulo como no de projeção, foi indiscutivelmente a criação do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), elaborado entre 1969 e 1971. Foi este documento que, dividido em 15 longos volumes, serviu de parâmetro para irrigação nacional “[...] com orientações que produziram efeitos até o final da primeira metade dos anos 80” (BRASIL, 2008:11). A análise de seu conteúdo aponta, para além do entendimento da irrigação como política pública, possibilidades de compreensão das formas como o território nacional era pensado; o que se tratava como desenvolvimento; o que se entendia como região; de que forma a Revolução Verde se concretizaria no país; como as populações camponesas eram pensadas/abordadas; entre outros aspectos concernentes à questão agrária brasileira para o período.

Difícilmente existam outros documentos tão significativos como os programas, planos e projetos para pôr em destaque a proposta investigativa específica de examinar as relações estabelecidas entre empresários e agentes do Estado na elaboração das políticas e na construção de uma infraestrutura de irrigação nacional, articulada e planejada. O PPI, por exemplo, foi amplamente reconhecido e citado pelos estudiosos da irrigação como propulsor inédito da agricultura irrigada por desenhar uma geografia para a política nacional de irrigação (COELHO NETO, 2010), isto é, por apontar onde, como e quando o Estado deveria intervir, ainda que através de empresas nacionais e estrangeiras. Tal documento, contudo, ainda não foi analisado mais profundamente em sua complexidade histórica. As análises encontradas tratam o PPI como produto do GEIDA/Estado e se atém às alterações estruturais promovidas pelo Programa da data de sua criação em diante.

28 BRASIL. DECRETO Nº 63.775, de 11 de dezembro de 1968. Cria o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) e dá outras providências. Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63775-11-dezembro-1968-405140-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/06/2018.

3 | CONSIDERAÇÕES/QUESTÕES FINAIS

Neste capítulo, para fins de exposição da potencialidade de pesquisa sobre essa fonte e outras com perfil semelhante que tratem do planejamento para a irrigação, chamamos atenção para um duplo movimento de possibilidades investigativas/problematizações. Primeiro a análise dos meandros da construção desses documentos e políticas, isto é: quais agentes estiveram envolvidos? Quais as suas trajetórias e interesses? Quais redes de contato (nacional e internacional) colocam em evidência? De acordo com Freire (2013), por exemplo, os agrônomos que formavam a elite técnica mais prestigiada de Portugal estavam em contato com as teorias da dependência da América Latina. Houve relação entre esses profissionais de diferentes nacionalidades entusiastas da Revolução Verde e da alteração estrutural na irrigação em Brasil e Portugal? Se sim, de que tipo, forma?

Segundo, é preciso investigar as expectativas e as consequências reais geradas a partir desses trabalhos, ou melhor: quais demandas foram geradas? Quais sujeitos, grupos e empresas executaram os inúmeros trabalhos apontados nos programas? De que forma? Como se articularam com o Estado? Como foram selecionados e remunerados? À exemplo da TECNOIBÉRICA, que reunia um conjunto de empresas espanholas para atuar na América Latina, haveria outras empresas europeias atuando no Brasil? Como? Por quê? A TAHAL, israelense, atuava de forma isolada?

Um olhar mais detido sobre a configuração do PPI endossa essas proposições investigativas. Em análise prévia descobrimos que o Programa não foi construído pelo Estado, a partir do GEIDA, como apontado univocamente pelos estudiosos do tema. O Programa que guiou a irrigação do país por quase 15 anos foi concebido de forma complexa e contraditória: elaborado pela iniciativa privada nacional e estrangeira.

Paradoxalmente, ainda que com objetivos e interesses públicos envolvendo a Segurança Nacional, o PPI foi comprado pelo Governo e pago com recursos oriundos de financiamento externo, concedidos por uma das duas empresas responsáveis pelo Programa: o consórcio composto pela brasileira SONDOTÉCNICA e pela israelense TAHAL, já apresentado no Ciclo de Conferências promovido pelo Clube de Engenharia.

Em suma, uma complexa triangulação entre capital nacional, capital internacional (SANTANA, 2017; BENAKOUCHE, 2013) e Estado para o desenvolvimento da irrigação no país, o que, reiteramos, carece de análises mais aprofundadas. Pode-se destacar também, que o próprio conceito de modernização agrícola precisa ser revisto à luz das atuais discussões sobre os custos ambientais da produção de alimentos. É interessante, portanto, matizarmos tal modernização no período da Ditadura Civil-Militar, considerando a possibilidade de pensarmos em termos

de capitalização agrícola, o que esteve relacionado ao aumento do êxodo rural, à ampliação da concentração da terra no Brasil e, muito provavelmente, ao aumento do endividamento externo brasileiro.

Este texto se transmuta, portanto, em um convite para que os pesquisadores/as percebam a potencialidade desta temática e contribuam para o seu melhor entendimento no Brasil. Principalmente em um contexto histórico em que a privatização da água aparece como ameaça concreta no horizonte brasileiro ao mesmo tempo em que as questões ambientais tomam centralidade em todo o mundo²⁹. Nosso desejo é que a historiografia possa ser irrigada por este debate!

REFERÊNCIAS

ABLAS, Luiz. Agricultura irrigada e desenvolvimento regional. **Revista Econômica Nordeste**, Fortaleza, v. 19, n° 2, p. 155-174, abr./jun., 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e mudança**: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **A política agrária do Estado Novo**. Porto: Afrontamento, 1993.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a História. **Revista de História Comparada**, vol. 1, n° 1, p. 1-30, jun/2007.

BENAKOUCHE, Rabah. **Bazar da Dívida Externa Brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRASIL. Ministério do Interior. Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola – GEIDA. **Programa Plurianual de Irrigação (PPI)**. Brasília: MINTER, 1971.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **A irrigação no Brasil**: situação e diretrizes. Brasília: IICA, 2008.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento, e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: UFF, 2014.

_____. Os Camargo, os Andrade e os Odebrech: as grandes famílias brasileiras na construção civil. In: _____; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

CARVALHO, Agostinho de. **Relações de produção e progresso técnico no quadro da agricultura de grupo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/CEEAA, 1971.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste** (seca, irrigação e desenvolvimento). Rio

29 Finalizamos este texto após mais uma atividade de campo no resistente “Acampamento Zé Maria do Tomé”, em Limoeiro do Norte/Ceará, e depois de conhecer de perto o movimento “Extinction Rebellion” em Londres, no início do outono de 2019, o que nos soou como formas concretas de luta e resistência na esperança de extinção das relações predatórias com e no mundo.

de Janeiro: Campus, 1988.

COELHO NETO, Agripino Souza. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. **Biblio 3W - REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**, Vol. XV, N. 876, 2010, p. 1-20.

DELGADO, Guilherme Costa. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

DESEMONE, Marcus. 1964 e as batalhas de memória 50 anos depois. **Revista Maracanan**, nº 11, dez., p. 56-67, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: [s.n.], 2013.

FICO, Carlos. **O grande irmão**. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Dulce. Produzir mais e melhor. Estado, agricultura y consumo alimentario en Portugal (1926-1974). **Revista de História Contemporânea Ayer**, 83/2011 (3), pp. 101/216.

_____; LAÑERO, Daniel. The Iberian dictatorships and agricultural modernization after the Second World War. In: MOSER, P.; VARLEY (editors). **Integration through subordination. The politics of agricultural modernization in industrial Europe**. Turnhout: Brepols, 2013a.

_____. Entre sequeiro e regadio. Políticas públicas e modernização da agricultura em Portugal (século XX). **XIV Congresso de História Agrária** (pp. 1-14). Badajoz: Universidad Badajoz/ SEHA, 2013b.

FURTADO, Celso. **A saga da SUDENE: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: HUCITEC, 1997.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; JOANONI NETO, Vitale. Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: Ditadura Militar e empresários na Amazônia. In: GIOVANI, Paulo et al. **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Saggá, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Da foz às Nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de [et al.]. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

KAGEYAMA, Angela et al. Estrutura agrária e irrigação no Nordeste. **Revista Econômica Nordeste**, Fortaleza, v. 20, nº 4, p. 431-452, out./dez., 1989.

LEME, Rosana Biral. Políticas estatais para a agricultura brasileira. **Faz Ciência**, v. 3, nº 01, p. 65-79, 1999.

LIMA, Jandir Ferreira de. Os recursos hídricos no Brasil: algumas considerações preliminares. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 64-75, jan-mar, 1999.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. **O Que a Escola Superior de Guerra (ESG) Ensinava**. Tese

(Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 288p., 2011.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do Abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979.

_____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. **História Política do Abastecimento**. Brasília: Binagri, 1979.

_____; _____. **Terra Prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. (org.). **Estado e historiografia no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2006.

_____. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Extensão Rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História Unisinos**, Vol. 14, N° 2, maio/agosto de 2010, p. 189-196.

_____. Estado e políticas agrícolas na historiografia brasileira (1930-1964). In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, Rio Grande do Norte, 2013. Anais eletrônicos... RN, 2013, p. 0-13. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363459588_ARQUIVO_trabalho_SONIAMENDONCA_ST118.pdf. Acesso em: 10/04/2018.

_____; STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONTELEONE, Joana et al. À espera da verdade: empresários, juristas e elite transnacional, histórias de civis que fizeram a ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2016.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinícius. Os Regimes Militares no Brasil e na América do Sul – Historiografia e Perspectivas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n° 18, p. 56-86, jan./jul. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re)ligião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de Oliveira. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 163p., 2013.

PALHETA, Iraci Gomes de Vasconcelos et al. As políticas de irrigação no Nordeste: uma análise crítica. **Revista do Departamento de Geografia**, USP, v. 5, p. 39-46, 1991.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PRESA, Juliana Brocca. **A insustentabilidade ambiental dos modelos agrorizultores presentes na bacia hidrográfica do Rio Araranguá (1980-2017)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018. 259 p. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0631-T.pdf>

SANTANA, Priscila Martins De Oliveira. **Desenvolvimento Capitalista Brasileiro Pós-Crise Da Dívida Externa: Padrão Liberal Periférico e Dívida Pública**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Bahia, 152p., 2017.

SANTIAGO, Vandeck. Francisco Julião, as Ligas e o Golpe Militar de 1964 (2004). In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, José Vicente Tavares. Efeitos sociais da Modernização da Agricultura. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. **História & Perspectivas**. Uberlândia, 10 (10): 59-79, jan./jun.1994.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 31, 33, 41, 43, 71, 73, 75, 76, 84, 93, 99, 102, 103, 108, 117, 121, 122, 140, 142, 144, 156, 166, 167, 173, 227, 240, 245, 300, 325

Águas medicinais 308, 309, 310, 311, 323

Amazônia 4, 44, 73, 78, 80, 81, 82, 100, 101, 242, 245, 249, 267, 269, 270, 272, 275, 280

Armada brasileira 127

Arthur bernardes 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184

Assistência materno-infantil 161

B

Biografia 185, 189, 190, 191, 192, 193, 267, 279

C

Ciência agronômica 99

Cinema 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294

Companhia das índias ocidentais 14, 15, 25

Companhia geral do grão-Pará e Maranhão 31, 32, 44, 45

Conflitos 5, 6, 7, 10, 18, 24, 46, 51, 53, 54, 82, 156, 157, 159, 213, 235, 242, 250, 268, 270, 289, 295, 296, 298, 304

Conselho geral de província 60, 62, 63, 69

Crítica 52, 53, 110, 112, 193, 203, 216, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 264, 265, 266, 277, 289

Cronistas brasileiros 195, 204

Cultura marítima 127

D

Debates ferroviários 114, 118

Direitos humanos 58, 176, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 292

Ditadura civil-militar 221, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 240, 242, 247, 248, 285, 296, 301

Drogas do sertão 31, 32, 41, 44, 76, 81

E

Elites políticas 71, 185

Empresários 123, 125, 186, 238, 242, 243, 246, 249, 250, 288

Engenharia e Política 114

Escravidão indígena 1, 8

Estado de sítio 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

Estudos de gênero 59, 281

F

Feminismo 59, 267, 270, 271, 272, 279

Força pública 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160

G

Grupos de esquerda 210, 217

Guerra do Paraguai 84, 88, 89, 91, 96, 97, 98, 129, 137

H

História oral 185, 188, 189, 191, 193, 278, 279, 280, 297, 307, 308, 309, 322, 323

I

Império do Brasil 70, 77, 84, 85, 86, 96, 108

Imprensa 12, 29, 45, 48, 54, 58, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 138, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 209, 245, 249, 251, 254, 260, 268, 294

J

Jornal Correio 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Juventude operária 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223

L

Literatura 14, 15, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 87, 150, 151, 175, 195, 205, 252, 253, 255, 259, 264, 265, 289

Literatura de viagens 46

M

Maçonaria 224, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Marinha brasileira 127, 130, 133

Memória social 308, 309, 323

Militarização 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158

Movimento social 295, 296, 297, 300

Mulheres viajantes 46, 47, 48, 50, 56, 57, 59

Música 25, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 220

N

Narrativas 35, 46, 47, 50, 52, 53, 57, 59, 138, 141, 142, 191, 241, 261, 278, 281, 309

P

Paulo Emílio Salles Gomes 252, 253, 259

Pirataria 14, 15, 16, 17, 18, 25, 29, 227

Política 33, 45, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 151, 153, 154, 159, 160, 161, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202,

204, 210, 211, 215, 217, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 234, 235, 236, 239, 242, 245, 246, 248,
249, 250, 259, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 281, 286, 287, 288, 290, 294, 297, 325
Posse de terras 298, 299, 300, 304, 306
Primeira república 126, 127, 148, 149, 150, 153, 154, 158, 159, 161, 162, 165, 171, 172, 174,
175, 176, 178, 180, 182, 183, 193, 197
Província do Amazonas 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

S

Saúde pública 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 321
Sexicomedias 281, 282
Sociedade agrícola 99, 100, 101, 103, 104, 111

 **Atena**
Editora

2 0 2 0